

CARRA

Receba nossos informativos online. Cadastre seu e-mail no site www.sindsep-pe.com.br

Mala Direta Postal
Básica
9912264199/2015-DR/PE
SINDSEP/PE
CORREIOS

Ponte para o Futuro ameaça direitos trabalhistas e sociais

▶ páginas 5, 6 e 7

Pernambucanos vão às ruas pedir Fora Temer!

▶ página 3



Sindsep promove debate sobre conjuntura econômica e trabalhista

▶ página 11



Servidores da Sudene do 1º grupo da URP devem comparecer ao Sindsep

▶ página 10

IFPE sob ameaça

No final de maio, o Sindsep-PE recebeu a informação, de caráter informal, de que o Instituto Federal de Pernambuco (IFPE) poderá ser fracionado para viabilizar uma possível criação do IFPE do Agreste. Detalhe: o novo campus seria em Belo Jardim, cidade natal e principal reduto eleitoral do ministro da Educação, Mendonça Filho (DEM), e iria coordenar os campi dos demais IFs instalados no Agreste. Fariam parte desse pool os institutos de Afogados da Ingazeira, Pesqueira, Caruaru, Garanhuns e o próprio Belo Jardim, ficando o IFPE limitado aos IFs do Recife e Região Metropolitana.

O Sindsep vem a público repudiar tal ação e ressalta a importância do IFPE, que representa um avanço na política pública de educação tecnológica em Pernambuco e coordena, com total eficiência, 16 campi no Estado, inclusive todos do Agreste, sem nenhuma interferência política. A proposta de desmembrar os institutos deixa claro o interesse político-eleitoral

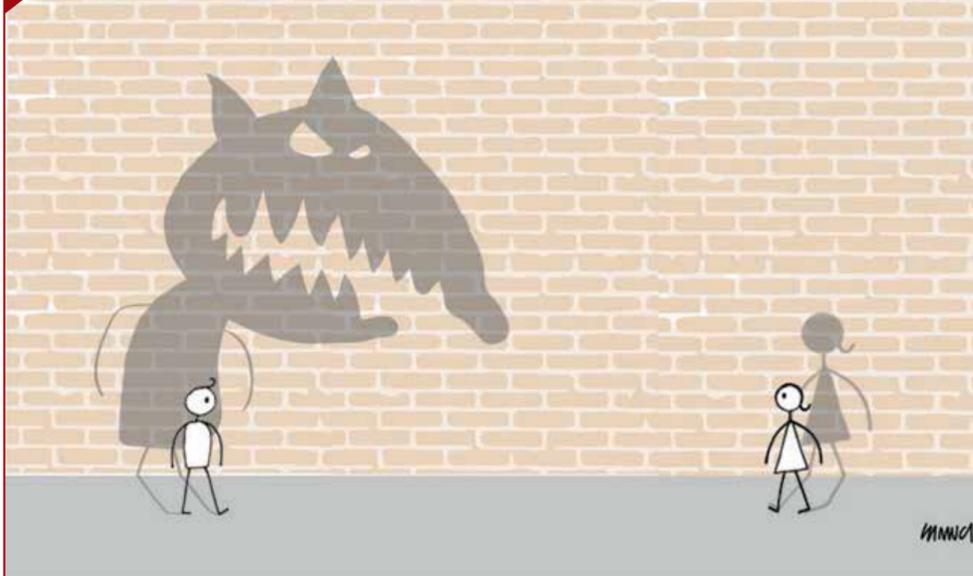
nesse processo.

O sindicato é contra o aparelhamento político dos institutos e de qualquer outro órgão público e destaca o papel transformador dos IFs, por oferecerem cidadania a uma comunidade discente que reúne milhares de jovens, muitos deles de classes sociais menos abastadas. Qualquer tentativa de politização dessas unidades de ensino irá prejudicar essa população.

Diante da possibilidade de mais um ato de desmonte de um órgão federal, o sindicato se solidariza com a comunidade acadêmica, servidores e alunos do IFPE e convoca todos os envolvidos para reagir e defender os institutos. O sindicato também está nessa luta.

Graça Oliveira
Coordenadora geral do Sindsep-PE

CHARGE SAMUCA



ATENÇÃO



VAMOS RECICLAR

EXPEDIENTE

Revista editada pela Secretaria de Imprensa do Sindicato dos Servidores Públicos Federais no Estado de Pernambuco
Rua João Fernandes Vieira, 67 – Boa Vista
CEP 50.050-200 Recife – PE
Fone: 3131.6350 Fax: 3423.7839
Home: www.sindsep-pe.com.br
e-mail: sindsep@sindsep-pe.com.br
imprensa@sindsep-pe.com.br

Coordenação Geral
Maria das Graças de Oliveira
Secretaria Geral
José Carlos de Oliveira
Secretaria de Imprensa e Divulgação
Isac dos Santos Neto,
Sérgio da Silva Goiana
e **Valdemar Joaquim de Santana**

Jornalista Responsável e Edição
Fabiola Mendonça
Texto
Fabiola Mendonça (DRT-2506),
Deyse Lemos (DRT 3909),
Alexandre Yuri (DRT 2942)
Revisão M^a de Lourdes
Souto Maior Araujo

Fotos Arquivo SINDSEP-PE e Divulgação
Ilustrações Samuca
Projeto gráfico, capa e diagramação
Karla Tenório (DRT-2468)
Impressão CCS
Fone: 3458.0000
Tiragem 12.000 exemplares

ÚLTIMAS



ATENÇÃO Servidores recebem orientação sobre aposentadoria.

Assembleias no interior

A direção do Sindsep-PE realizou entre os meses de maio e junho uma série de assembleias nos órgãos da base, no interior do Estado, para divulgar a Campanha Salarial 2016. As reuniões contaram também com uma conversa sobre aposentadoria, com a presença dos advogados do sindicato. A ideia foi tirar dúvidas sobre os tipos de aposentadoria existentes no serviço público para, a partir daí, os servidores escolherem a melhor forma, aquela que se encaixa melhor com o seu perfil. Foram momentos de ricas discussões realizados nas cidades de Palmares (foto), Afogados da Ingazeira, Arcoverde, Caruaru, Petrolina, Garanhuns, Belo Jardim, Salgueiro, Limoeiro, Ouricuri, Salgueiro, Pesqueira e Serra Talhada.

Passeata reúne mais de 30 mil pessoas em Pernambuco



A rejeição contra o governo interino de Michel Temer (PMDB) cresce e na mesma proporção fica cada vez mais evidente que o processo de impeachment não passou de um golpe para frear a Operação Lava Jato e voltar o poder às mãos das forças conservadoras do país. Contra tudo isso, o povo foi às ruas no dia 10 de junho, para dizer FORA TEMER! Em Recife, a atividade reuniu mais de 30 mil pessoas com ato público no Derby e passeata pelas avenidas Conde da Boa Vista, Guararapes e Dantas Barreto.

A concentração começou por volta das 15h, na praça do Derby, batizada como praça da Democracia, por ter sediado os acampamentos contra o golpe. As 17h, fogos de artifícios deram o tom da partida e o povo foi às ruas para dizer Fora Temer e não ao golpe. Várias faixas e cartazes foram erguidos trazendo palavras de ordem. Segundo levantamento da CUT Brasil, em pelo menos 21 estados ocorreram mobilizações contra o governo interino.

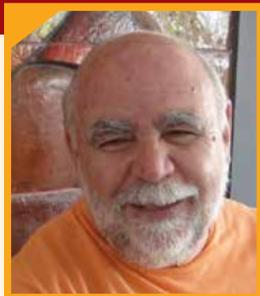
Esse foi o primeiro ato pós-golpe e, dessa vez, pelo menos em Pernambuco, a manifestação ganhou mais adeptos jovens. Para a coordenadora geral do Sindsep-PE, Graça Oliveira, isso é um reflexo do trabalho de campo dos movimentos sociais, dos sindicatos, de promover ações para conscientizar a sociedade. “Sem falar do apoio que estamos tendo das universidades públicas que não reconhecem esse governo golpista”, explica Graça.

Ao longo da avenida Conde da Boa Vista, além do Fora Temer, se ouviu muito Globo golpista! Para o campo progressista as organizações Globo despontam como um dos grandes atores do golpe camuflado de impeachment. Um dos momentos mais bonitos da passeata ocorreu entre as ruas Gervásio Pires e do Hospício, quando houve projeções na fachada de um prédio antigo e moradores lançaram uma chuva de papel picado em apoio à manifestação.

A atividade contou com a participação de partidos de esquerda, centrais sindicais, movimento estudantil, juventude popular, artistas, entre outros. Novamente foi discutida a realização de uma assembleia constituinte exclusiva e soberana para o sistema político.

A ideia da CUT e demais centrais presentes nos atos do dia 10 de junho foi construir uma grande greve geral contra o governo golpista e contra todas as mazelas que estão por vir, como as reformas da Previdência e trabalhista e fim de políticas públicas importantes que fizeram o país crescer nos últimos anos, mas sem tantas desigualdades sociais. ◀

Ilegitimidade e arbítrio



Durante a gravação do programa sobre a participação estrangeira no golpe que resultou no afastamento da presidenta Dilma, para o Opinião Pernambuco, da TV Universitária-UFPE, discutiu-se a tese – que vem se confirmando – de que a ilegitimidade, a provisoriedade e a fragilidade do governo usurpador do mandato presidencial levava os interinos e provisórios a agirem com voracidade e arbitrariedade. Talvez, com receio de que sejam apeados de seus cargos muito mais rapidamente do que pensam. Se obedecessem à Constituição Federal – coisa que não fazem – saberiam que a interinidade não confere ao ocupante do cargo o direito de fazer leis, nomear ministros e assessores, desfazer os atos da administração legalmente constituída etc.

Interino significa mais do que provisório. Quer dizer que está no cargo, por enquanto, até o titular – legitimamente eleito para o cargo – voltar. Mas a consciência da ilegitimidade (junto com a voracidade imoral) faz com que os interinos ajam como se fossem titulares e, o impedimento, fato consumado. Daí a pressa do vice interino em adiantar o calendário do impeachment. Certamente com receio que as revelações diárias da delação do ex-senador Sérgio Machado comprometam ainda mais, com farta documentação, o escandaloso golpe praticado contra as instituições democráticas no Brasil.

A certeza de que o golpe não seja revertido, com a volta da presidenta eleita com 54 milhões de votos, se traduz na audácia sem limites das medidas tomadas pelos interinos, como

“O que vai sobrar para a população é aumento de impostos e corte de direitos e garantias sociais.”

se fossem ficar a vida toda em seus cargos: um – que trabalhou intensamente pelo afastamento temporário de Dilma – recebeu o Ministério das Cidades e logo cuidou de cortar 10 milhões do programa Minha casa, Minha Vida, atingindo os pobres e o movimento dos trabalhadores sem teto; outro sugeriu que as universidades públicas passem a cobrar mensalidades; outro ainda quer acabar com o SUS.

Agora, anuncia-se uma CPI da Lei Rouanet, depois da desastrosa tentativa de acabar com o Ministério da Cultura. E o grão-ministro já avisou que vai cortar as despesas com a Saúde e a Educação. Some-se a isso a mudança da política exterior do país e a abertura dos portos “às nações amigas”. O que vai sobrar para a população é aumento de impostos e corte de

direitos e garantias sociais. Um governo (ilegítimo) que não depende do voto popular, acha que pode governar contra o povo e o país. Pensa que tem carta branca para desconstruir os avanços e os êxitos da administração verdadeira. Agem como representantes de interesses que teriam viabilizado o golpe. Ao arripio de qualquer legalidade. Pensando que não haverá amanhã.

Em esse quadro, inquieta o silêncio de pessoas, educadores, pensadores e parlamentares que apoiaram essa farsa de julgamento da presidenta, por crime de responsabilidade. Um deles, responde pelo nome de Cristovam Buarque, educador, ex-reitor da UnB, criador da Universidade da Paz, do programa Bolsa-família no Distrito Federal, que foi ministro da Educação de Lula, e que votou a favor do golpe. O que tem a dizer o distinto senador pernambucano, agora abrigado nesse partido laranja chamado PPS, sobre o escandaloso processo criminoso de afastamento da presidenta eleita? Pior: que tem ele a dizer sobre o fato de um rebento da oligarquia do Agreste de seu Estado ter assumido – como presente – o Ministério da Educação, ter ameaçado de processo professores e críticos de sua gestão e de ter recebido, em sua primeira audiência, um ator pornô para lhe entregar sugestões sobre a política educacional brasileira? Aguardamos, com muita ansiedade, o pronunciamento – mais do que oportuno – de vossa excelência.

CONTROLE SOCIAL

Sindsep no Conselho do Idoso

No dia 31 de maio, o coordenador de Articulação do Núcleo de Aposentados e Pensionistas do Sindsep-PE, Laércio Vicente, tomou posse no Conselho dos Direitos da Pessoa Idosa de Pernambuco (Cedipe), representando o sindicato no biênio 2016/2018. A cerimônia foi realizada na Secretaria de Desenvolvimento Social, Criança e Juventude, na avenida Cruz Cabugá, em Santo Amaro. O Cedipe é paritário, formado por 32 pessoas, sendo metade do governo e a outra parte da sociedade civil. Ele é titular do segmento das entidades classistas, que representa sindicatos, federações e confederações.

“É uma honra representar o Sindsep no conselho. Um espaço importante no controle social. Espero contribuir da melhor forma para a construção de políticas públicas e defesa dos idosos, que já representam metade de nossa base”, frisou o coordenador do Núcleo de Aposentados e Pensionistas. Laércio Vicente substituiu Marli Barbosa no assento do Sindsep-PE no Cedipe. Ela representou o sindicato por duas gestões. Além do Cedipe, Laércio já representou o Sindsep no Conselho Estadual de Saúde e fez parte também da direção do sindicato. Ele foi, inclusive, fundador da entidade, o sócio nº 1. ◀◀



OFICIAL Laércio no momento de posse

TÚNEL PARA O PASSADO

Federais contra pauta retrógrada

Sem avanço nas negociações desde o lançamento da Campanha Salarial, em fevereiro passado, os servidores federais lutam agora pela manutenção dos acordos firmados com o governo no ano passado e dos direitos conquistados pela categoria até agora. Esse retrocesso se deve à posse do governo interino de Michel Temer (PMDB), cuja missão é diminuir o tamanho do Estado e cortar direitos do funcionalismo público.

“O projeto do governo interino de Michel Temer (PMDB) é ruim para os servidores, prevê privatização, arrochos salariais e atrofiamento do serviço público. É um verdadeiro abismo para o passado, a volta do Estado Mínimo”, dispara a coordenadora geral do Sindsep-PE, Graça Oliveira. O cenário chega a ser assustador. A CUT, Condsef e Dieese já fizeram alguns estudos sobre o projeto do governo interino e os ataques previstos aos direitos trabalhistas e aos avanços sociais. Confira abaixo um resumo desse levantamento.

Para enfrentar esse cenário adverso, a categoria está mobilizada. Em Brasília a Condsef está realizando reuniões periódicas com seus sindicatos para organizar a luta. No âmbito estadual, após assembleia geral realizada no dia 24 de maio (FOTO), o Sindsep-PE tirou algumas encaminhamentos de luta. A entidade deve realizar reuniões nos órgãos federais para discutir a atual conjuntura e explicar o cenário para os servidores. A base também decidiu apoiar e participar das programações organizadas pela Frente Brasil Popular contra o golpe. Para ficar por dentro dos dias e horários dessas atividades, acompanhe o site do sindicato e as redes sociais.

REAJUSTES

O maior receio dos servidores é quanto ao cumprimento do acordo firmado com o governo no ano passado. Os projetos de lei já foram aprovados na Câmara, no último dia 2. Agora no Senado, o funcionalismo corre contra o tempo. As matérias precisam ser aprovadas antes de agosto, quando está prevista a primeira parcela do reajuste, na ordem de 5,5%. No entanto, até agora, a matéria, que se encontra no Senado, não tem relator.

Os PLs garantem também uma segunda parcela de reajuste, dessa vez de 5% para janeiro de 2017. Outra conquista importante que os projetos negociados com o governo trazem é a paridade da gratificação de desempenho entre ativos e aposentados. A correção será feita de forma escalonada, a partir do ano que vem, sendo concluída em mais duas etapas, 2018 e 2019. ◀◀



ASSEMBLEIA aBase do Sindsep prepara agenda contra o golpe

Ataque aos trabalhadores dos serviços públicos e estatais

PROPOSTA	IMPACTO
Ampliar a idade mínima para a aposentadoria: 65 anos para os homens e 60 para as mulheres, com atualização segundo a expectativa de vida.	Desconsidera que o mercado de trabalho brasileiro é marcado pelo ingresso precoce, ainda na juventude. Desconsidera que o Brasil tem características bastante heterogêneas no que diz respeito à expectativa de vida em suas diferentes regiões. Está em debate regras de transição que valem para toda classe trabalhadora. A previdência não está quebrada, como se diz. Com a retomada da economia e do crescimento do mercado de trabalho as contas voltam a ficar equilibradas. É possível pensar medidas para garantir a sustentabilidade da previdência no futuro, as centrais estavam negociando isso com o governo Dilma.
Desvincular o piso da aposentadoria do salário mínimo.	Um trabalhador aposentado poderá receber menos do que o salário mínimo vigente.
Permitir que as convenções coletivas prevaleçam sobre as normas legais.	Em momentos de crise, e/ou em que a ação sindical fica mais fragilizada, isso poderia levar a implementação de medidas que reduzem os direitos previstos na CLT. Esse cenário é ainda mais negativo porque a legislação brasileira sobre negociação coletiva e estrutura sindical engessa a ação dos sindicatos e a organização dos trabalhadores.
Regulamentar a terceirização para garantir um “ambiente seguro” para empresas e evitar possíveis passivos trabalhistas. (Agenda Brasil)	A regulamentação da terceirização significa reduzir direitos dos trabalhadores.
Atualização das regras trabalhistas para tornar o setor industrial mais competitivo	Retirada de direitos previstos na CLT (vide proposta CNI)
Servidores públicos	O ajuste fiscal, a redução do papel do Estado, os limites para definição de novos gastos. Nesse cenário, o impacto sobre os servidores públicos será grande, seja com a redução das contratações (e aumento da carga de trabalho para os que ficarem na ativa) ou com a restrição de reajustes salariais



“As mudanças aumentam os lucros dos empresários, Querem passar por cima da CLT”

Sérgio Ferraz

Governo interino ataca direitos

A pouco menos de um mês de governo, o presidente interino Michel Temer já mostrou ao que veio. Nesse pouco tempo, suas ações foram no sentido de atacar conquistas históricas, com a desculpa de equilibrar a economia. Mas o que querem, na verdade, é beneficiar o empresariado e a elite econômica nacional. Para o economista e cientista político, Sérgio Ferraz, a classe empresarial nunca pagou o pato, como afirmaram na campanha que pediam o impeachment da presidenta Dilma Rousseff.

“A política de desoneração do governo Dilma Rousseff necessitava de uma contrapartida dos empresários brasileiros, que era justamente o investimento em seus negócios para aumentar a produção e gerar mais empregos. Esse fator influenciou diretamente no desequilíbrio fiscal. O governo deixou de arrecadar bilhões de reais porque confiou muito no empresariado. No primeiro momento, 2011 e 2012, os empresários não investiram por insegurança. Em um segundo momento, por uma questão política para auxiliar no golpe. Fizeram uma greve de investimento, que é mais desestabilizante que uma greve de trabalhadores”, analisou Ferraz.

O projeto que libera a terceirização para todas as atividades de trabalho foi aprovado, em 2015, na Câmara. Ficou parado no Senado porque o governo Dilma Rousseff era contrário a sua aprovação. Mas agora, diante da ligação do presidente da Fiesp, Paulo Antônio Skaf, com o golpe, não resta mais dúvida sobre a sua aprovação, que deverá ocorrer a qualquer momento. Estudo elaborado pelo Dieese, sob encomenda da CUT, constatou que os trabalhadores terceirizados recebem 24,7% menos em salários, trabalham 7,5% (3 horas) a mais que outros empregados, permanecem no emprego menos da metade do tempo e estão mais sujeitos a acidentes de trabalho.

Além da terceirização, a autorização para que convenções coletivas prevaleçam sobre a legislação deve culminar em um afrouxamento dos direitos trabalhistas. Cada sindicato, pressionado por sua base em momentos de crise, pode ser forçado a negociar com entidades patronais acordos que desrespeitam a Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT).

“Essas mudanças irão aumentar a margem de lucratividade do empresariado. Querem passar por cima da CLT e valer o negociado”, comentou Ferraz. A precarização do trabalho pode ir mais além com a aprovação do projeto que retira os termos “jornada exaustiva” e “condições degradantes de trabalho” da definição de trabalho escravo.

O FUTURO É O PASSADO

Uma Ponte para o Futuro – programa de governo de Temer - defende o fim de todas as indexações, seja para salários, benefícios previdenciários e tudo o mais. A indexação é o que garantia a política de valorização do salário mínimo e das aposentadorias. Com isso, encerra-se uma escalada de crescimento de 70% do salário mínimo nos últimos anos, o que vinha contribuindo para reduzir as desigualdades sociais. “Com o fim de reposições automáticas, o Congresso decidirá os reajustes conforme as condições gerais da economia e das finanças públicas ou conforme o interesse de quem financiou as campanhas. Ou seja, os empresários”, sublinhou o diretor de Imprensa do Sindsep-PE, Isac Santos. E tem mais: o governo defende a ampliação da idade mínima para a aposentadoria.

No documento *Travessia social*, o PMDB defende que o Estado deve transferir para o setor privado tudo o que for possível em matéria de infraestrutura. Ou seja, as privatizações das estatais serão tocadas como prioridade. Temer já nomeou a economista Maria Sílvia Bastos Marques para a Presidência do BNDES, a mesma que atuou, nos anos 1990, na privatizações do governo FHC. A economista presidiu a Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) entre 1999 e 2002. A empresa, de origem estatal, foi uma das primeiras a ir a leilão, ainda no governo Itamar Franco (1993).

Aliado ao retrocesso das medidas apresentadas por Temer, há um conjunto de projetos tramitando no Congresso Nacional que são ofensivos à classe trabalhadora, às mulheres, população negra, jovens e idosos. “Paralelamente a nossas ações contra esse governo, continuaremos pressionando o Congresso para rejeitar medidas que prejudiquem a classe trabalhadora e as minorias”, concluiu Isac Santos.

“O Congresso definirá os reajustes conforme o interesse de quem financiar as campanhas”

Isac Santos



O que estar por vir

PONTE PARA O FUTURO

1. Fim de todas as vinculações de receitas
2. Fim das indexações para salários e benefícios previdenciários
3. Orçamento com base zero

4. Redução das tarifas e políticas que protegem o mercado e o emprego na indústria brasileira

5. Ampliar a idade mínima para aposentadoria

6. Retirar a indexação de qualquer benefício

7. Política de desenvolvimento centrada na iniciativa privada

8. Fim do Regime de Partilha do Pré-Sal

9. Estatuto das Estatais: privatização da CEF, Banco do Brasil, BNB, Correios e o que mais restar

10. Fim das leis trabalhistas

11. Redução dos gastos com Saúde e Educação

12. Redução do Pronatec, Fies, Prouni

13. Reduzir os gastos em assistência social

CONSEQUÊNCIAS

1. Fim do modelo de financiamento da Educação e da Saúde pública brasileira

2. Fim da política de valorização do salário mínimo acima da inflação

3. Redução de programas sociais: Bolsa Família, Minha Casa, Minha Vida, Mais Médicos...

4. Abertura do mercado brasileiro para os produtos estrangeiros, gerando desemprego no Brasil

5. A proposta inicial é que homens e mulheres trabalhem até os 65 anos

6. As aposentadorias, pensões e auxílio à pessoa deficiente não teriam mais reajustes de acordo com o salário mínimo

7. Privatizações e fim dos concursos públicos

8. Entrega das riquezas brasileiras a empresas estrangeiras

9. Mais desemprego e extinção de serviços fundamentais à sociedade

10. Deixará o trabalhador sem a proteção da Lei, permitindo que o patrão pressione o empregado a trabalhar por menores salários

11. Mais pessoas da classe baixa sem acesso à saúde e à educação

12. Dificulta o acesso dos jovens à educação superior e ao mercado de trabalho

13. Deixará grande parte da população que necessita de auxílio completamente desamparada

O passado agora é o presente

Quando Michel Temer e o PMDB identificaram a possibilidade de um golpe ser concretizado no Brasil, não perderam tempo. Para conquistar o apoio de políticos e empresários conservadores, lançaram, no final de 2015, o programa ‘Uma Ponte para o Futuro’, aclamado pela grande mídia como um projeto de reformas estruturantes, que garantiria solidez fiscal e estabilidade macroeconômica ao país. Recentemente o PMDB elaborou o programa ‘Travessia Social’, que trata da área social do governo interino. No entanto, os dois programas propõem políticas que irão restringir os direitos dos trabalhadores e das classes sociais mais desfavorecidas em benefício da elite econômica.

O *Uma Ponte para o Futuro* pretende rever a Constituição de 1988, cortar recursos obrigatórios para Saúde e Educação, reduzir benefícios trabalhistas e previdenciários, cortar o Bolsa Família, privatizar estatais, retomar o alinhamento com EUA, por fim à política de valorização do salário mínimo, entre outras alterações. “A economia de mercado no regime capitalista é cíclica. Existem períodos de crescimento, de estagnação, recessão e retomada do crescimento. E a esquerda se caracteriza por

tentar esticar ao máximo os períodos de crescimento e geração de emprego e, nas conjunturas adversas, proteger da melhor forma o trabalhador. Para isso foram criados os sistemas de proteção social. Mas as condições políticas atuais indicam que o custo da crise será colocado no colo do trabalhador brasileiro”, destacou o economista e cientista político, Sérgio Ferraz.

Os direitos trabalhistas são custos para os empresários e devem ser reduzidos. A proposta acentua que a crise está relacionada à Previdência Social, o que justificaria economizar recursos para serem transferidos a empresários por meio de desonerações e subsídios ou a rentistas detentores de títulos da dívida do governo, com o pagamento de juros. Pretende-se ampliar a idade mínima para aposentadoria e retirar a indexação de qualquer benefício. Com isso, as aposentadorias, pensões e auxílio à pessoa deficiente não terão mais reajustes de acordo com o salário mínimo.

O ministro da Fazenda irá trabalhar com um teto para os gastos. E a desvinculação do salário mínimo e benefícios será um dos principais alvos desse governo.



KARINA CALIFE Sairão prejudicados os mais vulneráveis

O privado se sobrepõe

O programa *Uma Ponte para o Futuro* dá indícios do avanço conservador que teremos na política com o governo Temer e da restrição aos avanços sociais conquistados nos últimos anos e responsáveis pela construção do ainda acanhado estado de bem-estar social. Pela proposta, o desenvolvimento do país deve ser centrado na iniciativa privada, por meio de “transferências de ativos que se fizerem necessárias, concessões amplas em todas as áreas de logística e infraestrutura, parcerias para complementar a oferta de serviços públicos”. Traduzindo: privatizações de estatais, fim do regime de partilha e o controle da Petrobras do pré-sal e venda de ativos da CEF e Banco do Brasil.

O *Travessia Social* recomenda “transferir para o setor privado tudo o que for possível em matéria de infraestrutura.” Com as privatizações, a tendência é a drástica diminuição dos concursos públicos, grande número de demissões e achatamento salarial. Também fazem parte do pacote cortes nas despesas obrigatórias com a educação e a saúde, além de o Bolsa Família focar apenas 5% dos mais pobres. Mais de 36 milhões de brasileiros podem perder o benefício. “Um governo voltado para a iniciativa privada recai na redução do Estado. O acesso ao ensino deixa de ser o objetivo primordial”, comentou a professora de Sociologia da UFPE, Roberta Melo (foto abaixo).

A Política externa também deverá sofrer uma reviravolta. O governo interino irá re linhar a economia nacional com os EUA, em detrimento do alinhamento com os países da América do Sul e dos Brics.

O programa de Temer também pretende bater de frente com o SUS, que poderá atender apenas 20% da população “É um retrocesso sem precedentes. Teremos que cortar e fechar serviços e quem irá se prejudicar são os mais vulneráveis: pobres, negros, mulheres”, comentou a médica sanitária Karina Calife. ◀



Ministros pernambucanos acusados de corrupção

O que parecia motivo de orgulho para Pernambuco se configura mais como um constrangimento. O presidente interino Michel Temer (MPDB) escolheu cinco pernambucanos para compor seu ministério: Mendonça Filho (DEM), ministro da Educação; Bruno Araújo (PSDB), Cidades; Fernando Bezerra Filho (PSB), Minas e Energia; e Raul Jungmann (PPS), Defesa. Completando a lista, Romero Jucá (PMDB), que não passou nem 15 dias no ministério de Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, e foi afastado depois de divulgação de um áudio onde ele aparece defendendo o impeachment como a única forma de abortar as investigações da Operação Lava Jato. Apesar de ter carreira política em Roraima, Jucá é mais um conterrâneo com influência no governo provisório.

Apesar do número expressivo de cadeiras nos ministérios, não há o que se orgulhar. Dos cinco indicados, quatro são investigados na operação Lava Jato: Mendonça Filho, Bruno Araújo, Raul Jungmann e Romero Jucá. Além disso, os três primeiros estão na lista da Odebrecht e são acusados de receber doações ilegais para campanha, a conhecida prática do caixa dois.

O fato de eles serem investigados na Operação Lava Jato, por si só, deveria ser um impeditivo para assumirem ministérios, por passarem a ter foro privilegiado. Não custa nada lembrar que foi por essa razão que Lula não pode assumir a Casa Civil. No dia 17 de março ele foi empossado pela presidenta Dilma, mas em questão de horas o ministro do STF, Gilmar Mendes, concedeu uma liminar ao Mandado de Segurança impetrado pelo PSDB e PPS, impedindo-o de assumir.

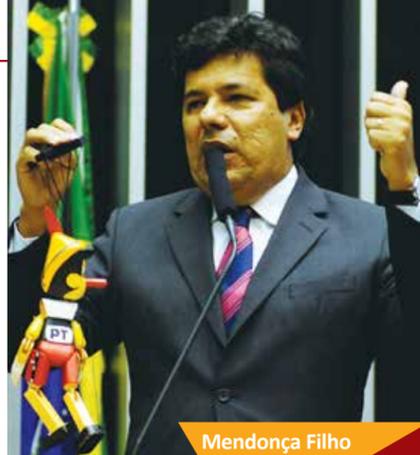
Na época, a alegação foi que o foro privilegiado de Lula poderia atrapalhar as investigações. Dito de outra forma: políticos do PT investigados pela Lava Jato não podem ser ministros. Do DEM, PSDB e PPS podem. Cada um tire suas conclusões...

O nome de Romero Jucá também consta em outra operação da Política Federal, a Zelotes, que investiga manipulação de julgamentos do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf), do Ministério da Fazenda. Ele também é acusado de receber propina, a partir de contrato obtido pela UTC nas obras da usina nuclear Angra 3, e de trocar mensagens entre executivos da OAS, como responsável por emenda em medida provisória de interesse do grupo.

OLIGARQUIA COELHO

Fernando Bezerra Filho - herdeiro da oligarquia Coelho, em Petrolina - não aparece nominalmente nas denúncias de corrupção, o que não se pode dizer de seu pai, o senador Fernando Bezerra Coelho (PSB). Fernando pai aparece na Operação Lava Jato, investigado por crimes de lavagem de dinheiro e corrupção passiva. Paulo Roberto Costa, ex-diretor da Petrobras, em delação premiada, acusou o senador de pedir ao doleiro Youssef R\$ 20 milhões para a campanha ao governo de Eduardo Campos (PSB), em 2010.

De acordo com reportagem publicada no site do Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (Diap), Fernando pai é investigado também "nos inquéritos 3958, 4064 e 4139 por crimes contra a Lei de Licitações, peculato (desviar ou apropriar-se de recursos públicos), corrupção passiva, crimes de responsabilidade e lavagem de dinheiro".



Mendonça Filho

Gustavo Lima/Agência Câmara



Raul Jungmann

Wilson Dias/Agência Brasil



Romero Jucá

Antonio Cruz/Agência Brasil



Bruno Araújo

Gustavo Lima/Agência Câmara

Primeira medida foi extinguir o Ministério da Previdência

A classe trabalhadora está atônita com as mudanças anunciadas pelo governo interino de Michel Temer. Os ataques aos direitos conquistados vêm de todos os lados. A reforma previdenciária é certa. Se já existia esse desejo desde o período do governo Dilma, com o interino o processo será mais agressivo. A primeira medida foi extinguir o Ministério da Previdência Social.

De acordo com o programa *Uma ponte para o futuro*, a ideia é criar uma idade mínima para a aposentadoria, sendo 65 anos para os homens e 60 para as mulheres, tanto para o setor público quanto para o privado. O documento repudia a Fórmula 85/95, que beneficia quem ingressa cedo no mercado de trabalho (maioria dos brasileiros). Critica também o caráter universal da Previdência brasileira, sob responsabilidade do Estado. Eles exaltam os países asiáticos, cujo seguro contra o envelhecimento (é assim que se chama) é uma responsabilidade das famílias e não do Estado.

O PMDB de Temer quer também desvincular o salário mínimo da Previdência. Ou seja, permitir que um trabalhador, ao se aposentar ou requerer um benefício previdenciário, possa receber menos que o mínimo. "Os benefícios previdenciários dependem das finanças públicas e não devem ter ganhos reais atrelados ao crescimento do PIB", diz trecho de *Um nte para o futuro*.

DESVIOS DE VERBA

O governo interino fala em déficit na Previdência, o que não é verdade. De acordo com dados da Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil (Anfip), em 2014, as contribuições urbanas foram superavitárias em R\$ 65,72 bilhões. Mesmo a rural sendo deficitária em R\$ 77,40 bilhões, esse saldo negativo de R\$ 11,68 bilhões seria facilmente alcançado se o governo repassasse à Previdência os impostos devidos, previstos na Constituição.

Há anos os governos desviam impostos que deveriam ir para a Previdência como a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) e a Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (Cofins). Sem falar da Desvinculação das Receitas da União (DRU) e das renúncias fiscais, ou seja, contribuições que deixam de ser recolhidas a favor da comercialização de produtos e de segmentos do capital. A verdade é que o dinheiro da Previdência serve hoje para pagar a dívida pública.

Só em 2014, o país pagou R\$ 311,38 bilhões de juros, 5,6% do Produto Interno Bruto (PIB). "É o orçamento público para a manutenção do capital, do pagamento da dívida pública. A ideia é que as pessoas busquem o setor privado. Por isso, a Previdência sempre está no 'olho do furacão'", salienta a professora do Departamento de Serviço Social da UFPE, Laudicena Barreto.

A Anfip aponta que a dívida ativa da Previdência já chega a R\$ 340 bilhões. O dinheiro é a soma do que deixou de ser pago por trabalhadores e, principalmente, por empresas. O montante seria o suficiente para cobrir o déficit total da Previdência, que em 2016 deve chegar a R\$ 125 bilhões.

Frente parlamentar criada para defender órgão

Com a extinção do Ministério da Previdência Social, que foi apensado ao da Fazenda, no dia 31 de maio, foi lançada, no Senado, uma Frente Parlamentar Mista, formada por deputados e senadores, em defesa da Previdência. A Frente foi uma iniciativa do senador Paulo Paim (PT) e do deputado Arnaldo Faria de Sá (PTB). O grupo contou com apoio de mais de 50 entidades classistas dos setores público e privado, entre elas a Condseg e a CUT. Também apóia e contribui a Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil (Anfip), que faz o acompanhamento dos dados previdenciários do país.

O grupo que encabeça a frente quer a volta do Ministério da Previdência e a manutenção dos direitos trabalhistas previstos na CLT. O receio é que os recursos previdenciários sejam colocados à disposição do sistema financeiro. A reforma da Previdência pode equiparar entre homens e mulheres a idade mínima de 65 anos para se aposentar. "Nosso país é machista, conservador e as relações de poder entre gênero ainda são acirradas e desiguais. Sem falar que muitas mulheres são chefes de família", critica a professora de Serviço Social da UFPE, Laudicena Barreto, que acha injusta uma equiparação desse tipo.

O tempo de serviço é outro alvo. Deve ser mais uma vez dilatado, alterado. As bases das pensões também podem ser revistas, assim como o financiamento da Previdência. "O governo fala em uma regra de transição, mas qualquer reforma na Previdência hoje não teria efeito imediato, como propõe um pacote de ajuste fiscal. A ideia é enfraquecer a Previdência Social para depois privatizá-la", acredita o diretor do Departamento Intersindical de Assessoramento Parlamentar (Diap), Antônio Queiroz.



LAUDICENA Não podemos esperar que a reforma aconteça, temos que combatê-la

Reforma agrária e agricultura familiar a caminho do desmonte

A reforma agrária e a agricultura familiar estão na mira do governo interino de Michel Temer (PMDB). Na primeira reforma ministerial, anunciada no dia 13 de maio, foi extinto o Ministério de Desenvolvimento Agrário (MDA). Para selar a falta de compromisso com as políticas públicas dessa área, no dia 30, o governo provisório editou um decreto transferindo o Incra e outras cinco secretarias ligadas ao setor para o Ministério da Casa Civil. “Isso é mais um descaso com a reforma agrária no Brasil”, destaca a coordenadora geral do Sindsep-PE, Graça Oliveira.

“A Casa Civil não entende nada de reforma agrária. É uma pena que as discussões acumuladas no MDA estejam perdidas”, complementa o servidor do Incra, Lúcio Siqueira. Ele conta que existia o desejo, por parte dos servidores do órgão, de estar mais próximo à Presidência da República, mas numa pasta especializada no assunto, o que não é o caso. Segundo Lúcio, até agora nada mudou no Incra. “Continuamos sem dinheiro e estamos sem superintendente.” No órgão, a Superintendência está sendo ocupada interinamente pelo vice, Heliodoro Daltino, que assumiu a função após o titular, Luiz Aroldo, entregar a pasta por causa do afastamento da presidenta Dilma Rousseff.

Lúcio não vê perspectivas de melhoras no Incra por conta dessa mudança de ministério. Ele conta que há cerca de dois anos o Incra contratou assistência técnica para acompanhar os assentamentos da reforma agrária e isso pode dar resultado em breve, mas não será uma consequência dessa medida do governo Temer.

PERDA DE AUTONOMIA

O presidente da Fetape, Doriel Barros, também não vê com bons olhos as medidas do governo provisório. Para ele, o governo está desmontando todas as estruturas de políticas públicas que favorecem a agricultura familiar. “Isso (transferência do Incra para a Casa Civil) não quer dizer que vai mudar. O Incra perdeu sua autonomia, não tem orçamento. Isso é um retrocesso”, argumentou. Barros lembra, inclusive, que o governo Temer revogou ordem de construção de 20 mil habitações rurais pelo país. O trabalho ia ser feito em parceria com a sociedade civil organizada para proporcionar moradia digna para milhares de famílias.

No dia 16 de junho, a Fetape e outras entidades realizaram um Dia Nacional de Mobilização. A manifestação foi um protesto contra a extinção do MDA e do Ministério da Previdência Social.

Em julho está prevista a ocupação das Agências da Previdência e das sedes e escritórios do Incra em todo o país. ◀



DORIEL
“O Incra perdeu sua autonomia, não tem orçamento”



LÚCIO
“A Casa Civil não entende nada de reforma agrária”

Órgãos transferidos para a Casa Civil

- ▶ Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra)
- ▶ Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário
- ▶ Secretaria de Reordenamento Agrário
- ▶ Secretaria da Agricultura Familiar
- ▶ Secretaria de Desenvolvimento Territorial
- ▶ Secretaria Extraordinária de Regularização Fundiária na Amazônia Legal

Sudene: ação do 1º grupo da URP será individual

Os servidores da Sudene que fazem parte do processo nº 2675/89, 1º grupo da URP, precisam comparecer urgente à sede do Sindsep-PE para entregar lista de documento (ver abaixo) a respeito de ação contra a retirada da rubrica Decisão Transitada em Julgado (DEC JUD TRAN JULG). No dia 28 de abril o sindicato realizou uma assembleia com os servidores do processo e, na ocasião, foi decidido o ingresso na Justiça com ação coletiva, com o sindicato como representante processual. Na época, não precisou entregar documentação. Após analisar documentos novos, a Assessoria Jurídica da entidade achou prudente entrar com ações individuais. Neste caso, é necessário apresentar documentação (ver abaixo).

A ação está relacionada à URP e envolve aproximadamente 300 pessoas. Na época, ela foi vitoriosa e os servidores incluídos nela tiveram a DEC JUD TRAN JULG incorporada aos contratos. A rubrica corresponde a 26,05% do vencimento básico. O valor já era recebido pelos servidores há muitos anos e em março o governo suspendeu o pagamento sem comunicar o motivo. Tendo em vista que a rubrica foi uma vitória judicial, seu recebimento não pode ser suspenso de uma hora para outra sem motivo e sem comunicação. ◀

URP Sudene

Documentos necessários para o processo nº 2676/89 (1º grupo)

- 1) Carteira de Identidade e CPF
- 2) Comprovante de residência
- 3) Portaria de aposentadoria
- 4) Comprovações atuais de vencimentos/proventos ou ficha financeira que demonstre o corte da URP
- 5) Comprovações antigas de vencimentos/proventos ou ficha financeira que comprove o pagamento da URP
- 6) Procuração
- 7) Declaração de pobreza (se for o caso)
- 8) *Renúncia dos valores superiores a 60 salários mínimos (exigência feita pela Justiça Federal para processo propostos no Juizado Especial Federal)

* Segundo a Secretaria de Assuntos Jurídicos do Sindsep, nenhuma ação deve ultrapassar o valor de 60 salários mínimos.

Crise econômica e direitos trabalhistas em debate no Sindsep



TEMÁTICA Antônio Queiroz falou sobre direitos trabalhistas, enquanto Tânia Bacelar abordou a conjuntura econômica atual

Para fomentar o senso crítico da sociedade, principalmente dos servidores federais, o Sindsep-PE realizou no dia 1º de junho a palestra *Crise econômica e direitos Trabalhistas no Brasil*, com a economista Tânia Bacelar e o cientista político e diretor do Diap, Antônio Queiroz. Durante a abertura do evento, que aconteceu na sede do sindicato, a coordenadora geral da entidade, Graça Oliveira, foi enfática: “Com poucos dias do governo interino já é visível os ataques aos trabalhadores e nós, como entidade classista, precisamos refletir e começar a luta que está sendo posta”.

Começou a explanação o diretor do Diap. Para ele, a desqualificação da política é feita por má-fé ou desinformação. A primeira é encabeçada por pessoas interessadas em tomar posse do aparelho do Estado para pôr em prática a agenda do capital, das multinacionais, dos conglomerados econômicos. Já os desinformados, evitam participar das discussões, e são as maiores vítimas em potencial desse processo. “É preciso ter consciência que não podemos nos abster dessa discussão porque avanços importantes que tivemos na legislação nas últimas décadas foram resultado de uma discussão política”, pontuou Queiroz.

O cientista político também avalia que um dos grandes erros do Estado brasileiro foi abandonar a formação cívica. Outro foi a visão equivocada das manifestações de 2013, que foram convocadas pelas redes sociais, sem ter, portanto, institucionalidade. Não existiu uma entidade para receber aquelas reivindicações, que

pediam mais governo, mais políticas públicas, e sua sistematização. “Então aquelas manifestações, em vez de politizar, tiveram o efeito inverso. Como ninguém sistematizou, elas não tiveram resultado. As pessoas não se sentiram representadas e acabaram se identificando com qualquer candidato que, assim como elas, se diziam indignadas com tudo que estava ali”, acredita Queiroz.

O diretor fez uma análise do programa de governo do PMDB, falou dos projetos ruins que tramitam no Congresso, como a renegociação da dívida dos estados, a dispensa por insuficiência de servidores públicos e as fundações estatais de direito privado. “A equipe de Temer participou do governo FHC e fez perversidades”, lembrou Queiroz.

ECONOMIA

“A crise é mais política do que econômica”. Foi com essa frase que Tânia Bacelar deu início a sua apresentação. Ela fez um resgate das últimas décadas da economia brasileira, destacando que a dívida pública é o maior problema da economia brasileira. Salientou que esse endividamento começou nos anos 1970 e lembrou que no lançamento do Plano Real a dívida pública cresceu bastante. “Então a culpa não é de Dilma”, frisou a economista.

Tânia explicou que o modelo de crescimento do início do Século 21 foi muito oportuno com elevação de renda, aumento da demanda popular por bens de consumo, aumento do salário mínimo etc. “A reivindicação era um salário mínimo de U\$ 100. Diziam que muitas prefeituras iriam fechar se isso acontecesse. O salário mínimo passou dos U\$ 300 e ninguém fechou”, lembra.

Para a economista, o problema de Dilma foi dar benefícios ao empresariado, quando já não podia mais. Num acordo com a Fiesp a presidenta renunciou a mais de R\$ 100 bilhões. “O calvário de Dilma começou quando ela baixou a taxa de juros de 12,5% para 7,5%”. Segundo Tânia, essa iniciativa prejudica investidores e bancos.

O problema é que hoje boa parte do PIB vai para o pagamento da dívida. No entanto, a tese dominante no momento por setores conservadores não é sanar o gasto com a dívida pública, é cortar os gastos primários com políticas públicas, alegando que a Constituição de 1988 não cabe na economia brasileira. “Só que as despesas primárias sozinhas não explicam o gasto com a dívida pública. Precisamos ampliar a análise para explicar a dívida.

Para finalizar, a coordenadora do Sindsep lança a ideia: “Auditoria da dívida pública já! Os sindicatos e os movimentos sociais precisam levantar esse debate.” ◀

O mito da simpatia brasileira



Sob os auspícios do Instituto Futuro da Universidade Federal de Pernambuco, foi realizada no último dia 5 de maio a abertura do Prospecta-Recife, uma iniciativa voltada à “promoção de reuniões, seminários, exposições que incentivem o debate, o estudo e ações que perpassem as fronteiras dos conhecimentos”. Na ocasião, foi realizada uma mesa redonda que discutiu o tema: “O futuro do entendimento de fronteira e da relação entre os povos”, que contou com a participação dos coordenadores dos Institutos África, Ásia e América Latina da UFPE, e a exibição do vídeo, disponível no YouTube, da palestra do escritor moçambicano, Mia Couto, de título: “Repensar o pensamento”, realizada em novembro de 2012, dentro do ciclo de conferências “Fronteiras do Pensamento”.

Quando da minha intervenção, indaguei como um pensador tão criativo como Mia Couto (meu candidato ao Prêmio Nobel de Literatura desde a leitura de Terra Sonâmbula), capaz de fazer a defesa de “um pensamento que crie pontes e não fortalezas”, conseguiu reproduzir na sua conferência uma das fortalezas míticas responsáveis por encobrir com uma nuvem ideológica o que existe de pior no nosso conservadorismo social - a ideia de que somos um povo simpático.

Confesso que fiquei surpreso (uma surpresa negativa) com as afirmações feitas pelo romancista moçambicano em relação ao Brasil. A surpresa negativa de quem observa na sua obra um dos pontos mais elevados da literatura de língua portuguesa hoje no mundo e que recria genialmente, com uma criatividade inigualável, as próprias palavras da língua de Camões. O Mia

Couto que fala da necessidade da superação das fronteiras que separam ser humano, natureza e bichos (eu acrescentaria também os seus ancestrais, os seus antepassados), no melhor espírito da ética Ubuntu, mas também da espiritualidade ecológica de Leonardo Boff, do paradigma da complexidade de Edgard Morin e da razão cosmopolita de Boaventura de Sousa Santos, não parece ser o mesmo Mia Couto que chamou o povo brasileiro de simpático, muito menos o que criticou o discurso do politicamente correto (para delírio do público presente), afirmando ser este um “crime contra nossas nações, contra a originalidade e diversidade dos nossos povos”, no melhor estilo do construtor de semióforos verdeamarelistas questionado em *Brasil: mito fundador e sociedade autoritária*, da filósofa Marilena Chauí.

Teria apreciado mais que o meu candidato ao Prêmio Nobel de Literatura tivesse aproveitado a oportunidade para criticar a política subimperialista (a expressão é do sociólogo brasileiro Ruy Mauro Marini) e contrária ao entendimento de “fronteira” implementado pelo Brasil em território moçambicano, junto ao Japão, com o projeto ProSavana, o qual, em nome do desenvolvimento econômico da região central do país da África Austral, é responsável pela privatização das terras dos camponeses pobres, terra de agricultura de subsistência, terra da sua fauna e flora, terra dos seus antepassados: tudo isso a fim de que seja feito mais um ciclo de expansão do agronegócio, pois, afinal de contas, depois da experiência de sucesso (para o latifúndio agro-exportador) no Cerrado brasileiro, teria chegado a hora da expansão rumo à Savana africana.

De toda forma, prefiro acompanhar dessa

vez as palavras escritas por um outro grande escritor africano de língua portuguesa, nascido em Angola, José Eduardo Agualusa, autor de *Nação Crioula*, que já afirmou querer morrer em Benguela, mas que, como alternativa, poderia ser em Olinda, o qual no último dia 2 de maio, afirmou que:

“Ao longo dos últimos meses assisti, assustado, à confusa emergência de um Brasil que eu não sabia que existia. Um Brasil que não parece caber naquele Brasil que se foi construindo em mim — e me foi construindo — através da poesia. Bem sei, o brasileiro enquanto homem cordial, é apenas um mito. Foi sempre um mito. Parece-me significativo, todavia, que tantos brasileiros tenham escolhido rever-se nesse mito, da mesma forma que é significativo que uma alta percentagem de portugueses insista em pensar na saudade como algo definidor da sua natureza. Podem ser falsidades, mas são falsidades bonitas. O mundo acreditava no mito do homem cordial brasileiro. O Brasil fingia acreditar e de tanto fingir talvez acreditasse um pouco. Além disso, tendemos a ser aquilo que os outros acham que somos. O mito do brasileiro cordial, desfez-se nas ruas. Desfez-se no passado dia 17 de abril, naquele espetáculo ridículo, opressivo e deprimente, que decorreu durante uma dolorosa eternidade na Câmara dos Deputados, e que meio mundo acompanhou em direto. Alguns jornais europeus falaram em carnaval. Não foi carnaval. Não teve nada a ver com carnaval. Talvez um baile de máscaras, mas um baile fúnebre, uma farsa grotesca, nada que lembrasse a vibrante inteligência criativa e o poderoso espírito redentor do carnaval.”

Como dizem os italianos, punto e basta!

PELO MUNDO

A escravidão do século 21

Pesquisa divulgada no final de maio pela Fundação Walk Free revela um quadro alarmante sobre escravidão moderna no mundo. O estudo, realizado em 167 países, mostra um quadro preocupante no continente asiático: cerca de 58% do total de pessoas observadas está em cinco países asiáticos: Índia, China, Paquistão, Bangladesh e Uzbequistão. Os casos de escravidão moderna vão desde exploração sexual e comercial até jornadas de trabalho exaustivas e sob coerção. No Brasil foram encontradas mais de 161 mil pessoas em situação de escravidão moderna.

Greve na França

Os trabalhadores franceses resistem ao projeto de reforma trabalhista do governo François Hollande, que prevê a retirada de uma série de conquistas da classe trabalhadora. Desde o final de maio que vêm ocorrendo paralisações na França, como a greve dos trabalhadores das centrais nucleares (responsáveis por 75% do abastecimento de energia elétrica), das refinarias de petróleo, do tráfego aéreo e das estradas. Há a expectativa de paralisação do sistema ferroviário e dos portos, levando a situação para uma greve geral.